

ECOLOGIAS DIGITAIS E MULTIDÕES AUTO-ORGANIZADAS: REFLEXÕES SOBRE TENDÊNCIAS DE SUBJETIVAÇÃO CONTEMPORÂNEAS E MICROPOLÍTICA DIGITAL

DIGITAL ECOLOGIES AND SELF-ORGANIZED MULTITUDES: REFLECTIONS ON
CONTEMPORARY TRENDS OF SUBJECTIVATION AND DIGITAL MICROPOLITICS

Antonino Condorelli¹



RESUMO

Este artigo interroga-se sobre como pensar as subjetividades que protagonizaram as mobilizações sociais de 2013 no Brasil, emergidas das redes sociais digitais, em suas dimensões reprodutoras e constituintes. Para isso, são exploradas as concepções do sujeito no pensamento sobre o digital; analisam-se aspectos da fenomenologia das manifestações e reflete-se sobre as possibilidades de micropolíticas digitais não hegemônicas.

Palavras-chave: Redes sociais digitais. Mobilização social. Subjetividades.

ABSTRACT

This article wonders about how to think subjectivities who staged the 2013 social mobilizations in Brazil, emerged from digital social networks, in their reproductive and constituent dimensions. For this, we explore concepts of the subject in the thought on digital, analyze aspects of the phenomenology of mobilizations and reflect on the possibilities of non-hegemonic digital micropolitics.

Keywords: Digital social networks. Social mobilization. Subjectivities.

¹ Doutorando em Ciências Sociais – PPGCS/UFRN e Professor Substituto do Departamento de Comunicação Social – UFRN. E-mail: condor_76@hotmail.com. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/4832910631790845>

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, eclodiram em diversos países e continentes protestos sociais que surgiram e se auto-organizaram espontaneamente de forma horizontal, colaborativa, não hierárquica, não mediada por organizações sociais tradicionais (partidos políticos, sindicatos, movimentos populares organizados etc.) e que criaram entre seus participantes vínculos efêmeros baseados em uma afinidade temporária de sentimentos, tendo como principal plataforma de mobilização e articulação as redes sociais da internet. Fenômenos como as chamadas *Primaveras Árabes*, o *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos, os *Indignados* na Espanha e na Grécia, a *Revolução das Panelas* na Islândia, os protestos populares de 2011 no Chile, os de 2013 na Turquia e as *Jornadas de Junho* no Brasil manifestaram tendências de auto-eco-organização da ação coletiva que parecem ter fortes ligações com os agenciamentos antropodigitais² contemporâneos, expressão que forjei para referir-me a ecologias de relações das quais participam sujeitos humanos e tecnologias digitais de comunicação em mútua inter-(re)definição.

Pesquisas realizadas sobre essas mobilizações (CASTELLS, 2013; RICCI, 2014) mostram que a maioria que participou destas era composta por jovens entre 20 e 30 anos. O papel que as redes sociais digitais desempenharam no surgimento e na configuração desses movimentos parece sinalizar a emergência, entre as novas gerações de muitos países

do mundo, de tendências de subjetivação³ fortemente relacionadas às – embora não derivadas de forma determinista das – atuais teias de inter-retroações entre sujeitos humanos e tecnologias digitais de produção, divulgação, armazenamento e reprodução de signos conectadas em redes de telecomunicações.

Tanto no Brasil como no resto do mundo, essas tendências de subjetivação parecem não se sobrepôr ou substituir, mas hibridar-se, complementar e reforçar modos de subjetivação preexistentes, produtos de ecologias antro-po-sócio-tecno-culturais complexas. Além disso, parece não se constituir alternativas reais às lógicas estruturantes que permeiam e dominam as redes sociotécnicas, mas expressar apenas algumas entre as múltiplas possibilidades nelas inscritas.

Como pensar os sujeitos que emergem/participam das ecologias antropodigitais contemporâneas? As subjetividades que emergem dos agenciamentos antropodigitais são essencialmente reprodutoras ou criadoras? Para contribuir com essa reflexão, na primeira parte deste artigo, exploro algumas concepções do digital que circulam pelo pensamento contemporâneo, buscando em seus pressupostos epistemológicos as percepções do sujeito que delas emergem, e a forma como pensam a relação entre redes digitais e cultura enquanto modos de subjetivação. Na segunda parte, teço um diálogo entre essas concepções e traços perceptivo-cognitivo-comportamentais que uma pesquisa com base empírica de Ricci (2014), e outras análises que identificam,

² Utilizo o termo *agenciamento* no sentido que lhe atribui Karen Barad (2003), o de relação constitutiva das partes nela envolvidas.

³ Neste artigo, entenderei *subjetividade* como o conjunto de tendências perceptivo-cognitivo-relacionais que configuram a entidade que se autoexperiencia como sujeito individual e das percepções/representações que tem si e de sua relação com os outros sujeitos e com o mundo, compreendendo por *subjetivação* os processos que contribuem – de maneira complexa, não linear e não determinista – para a emergência de determinadas subjetividades.

nos protestos de junho de 2013 no Brasil, as subjetividades produzidas pelos agenciamentos antropodigitais que estão se configurando essencialmente como reorganizações de tendências preexistentes. Por último, interrogo-me sobre a possibilidade teórica de uma biopolítica digital alternativa aos mecanismos de subjetivação, predominantes nas ecologias socio-técnicas contemporâneas.

EPISTEMOLOGIAS DIGITAIS, SUBJETIVIDADES E CULTURA

A ideia de sujeito como elemento determinante na configuração das redes digitais, simultaneamente, o (re)configura, despontando de forma contundente nas perspectivas teóricas mais recentes sobre o digital. Mas qual é o sujeito que emerge das redes antropodigitais?

As concepções de Pierre Lévy (1998; 2010a; 2010b) de nova ecologia cognitiva⁴ e inteligência coletiva⁵ como emergências das interconexões cada vez mais generalizadas propiciadas pelas tecnologias digitais de comunicação, que harmonizariam todas as diversidades em uma rede universal de trocas permanentes cujo sentido seria o progresso do espírito humano, remetem para um processo orgânico – embora não planejado – com a finalidade

social e histórica de levar os potenciais humanos (entendidos como inerentes) de liberdade e cooperação à sua suposta plenitude, isto é, a apropriação da técnica pelo social em favor dos indivíduos. Estes que, embora Lévy os insira em ecologias bio-noo-socio-técnicas, que relativizem sua suposta autonomia, tendem a emergir dessas ecologias muito parecidos com os sujeitos clássicos do pensamento humanista: autônomos, totalmente livres e abertos ao diálogo e à cooperação. Corroborando essa ideia, Lévy (2010b, p. 137) afirma: “Fora da coletividade, desprovido de tecnologias intelectuais, ‘eu’ não pensaria. O pretense sujeito inteligente nada mais é que um dos micro atores de uma ecologia cognitiva que o engloba e restringe”

Para Lévy, a simples conexão de sujeitos entre si criaria “uma suposta vontade coletiva de construir laços sociais baseados na partilha de conhecimentos” (RÜDIGER, 2011, p. 168). Se essa concepção parece limitada para dar conta da complexidade dos agenciamentos antropodigitais, por outro lado, parece ser (conscientemente ou não) exatamente a percepção de si e das atuais gerações digitais.

Para diversos pensadores, a dimensão dos significados, do imaginário, das práticas simbólicas também desempenha um papel fundamental na (re)configuração das redes antropodigitais e,

⁴ A ecologia cognitiva como produto das redes digitais de comunicação constituiria, para Pierre Lévy (2010b), em uma teia de atores humanos e não humanos, processos e dinâmicas cognitivas que gerariam a emergência de uma mente pensante coletiva não redutível às individuais que dela participam. Na esteira das ideias de Gregory Bateson, para Lévy, “todo sistema dinâmico, aberto e dotado de um mínimo de complexidade possui uma forma de ‘mente’” (LÉVY, 2010b, p. 142). A emergência de uma ecologia cognitiva, portanto, não seria uma prerrogativa específica das interconexões digitais, mas a própria natureza do processo de cognição. O adjetivo “nova” que Lévy atribui à ecologia cognitiva produzida pelas interações digitais revela, porém, o caráter peculiar que o autor atribui a esta última, que representaria o momento culminante de um processo histórico de progressiva realização dos potenciais humanos.

⁵ Na esteira de sua concepção de ecologia cognitiva, Pierre Lévy (1998) concebe a inteligência coletiva como a emergência de uma mente coletiva a partir das interações digitais que promovem o compartilhamento de memórias e competências, uma mente capaz de produzir pensamento, solucionar problemas, levantar questões, processar informações autonomamente, de forma não redutível às atividades das inteligências individuais que a integram.

recursivamente, essas últimas participam da incessante (re)invenção dos imaginários. O que emerge das interações digitais não é o mero produto da pesquisa tecnológica de novas maneiras de transmitir e armazenar informações, mas, como afirma Francisco Rüdiger (2011, p. 14), elas articulam também o “profetismo religioso e secular, as utopias sociais, a sensibilidade estética e, mais genericamente, a nossa capacidade de imaginação, veiculada pela literatura e as artes, mas, sobretudo, pelas práticas de indústria cultural”. Seguindo esse pensamento, André Lemos (2010, p. 17) reconduz a própria técnica ao campo da cultura, defendendo que suas formas precisam ser compreendidas no “movimento caótico e sempre inacabado” que as atrela aos conteúdos da vida social. Isso explica a centralidade que o conceito de *cibercultura* e a solução culturalista prospectada adquiriram no pensamento sobre o digital por vários autores, sobretudo, brasileiros, para a compreensão da relação entre tecnologia e vida social.

André Lemos (2010, p. 260), ao entender a cultura como “o conjunto das formas sociais que emergem do conflito entre o homem e a natureza, construindo o que chamamos temporariamente de realidade”, sustenta que a tecnologia “não é uma forma *a priori* que determinaria os conteúdos da vida social” (LEMOS, 2010, p. 261). A cultura técnica contemporânea, nessa perspectiva, seria “uma solução particular do conflito entre o sujeito e o objeto” (LEMOS, 2010, p. 261). Este autor manifesta a percepção – amplamente compartilhada entre os pensadores do digital – de que as dinâmicas da produção de sentido, das projeções imaginárias, da noosfera (ou seja, daquilo que é da ordem

da intersubjetividade) participa ativamente, e de maneira determinante, da configuração da *tekhne* que, por sua vez, participa ativamente da (re)configuração incessante do sujeito. Um pensamento que, apesar de reproduzir dicotomias clássicas do pensamento ocidental como homem-natureza e sujeito-objeto, busca uma síntese dinâmica entre esses termos em interação e revela a centralidade da própria interação na configuração de um e de outro.

Em uma linha de pensamento semelhante à de Lemos, Erick Felinto (2006), propõe uma teoria da cibercultura como imaginário, sugerindo considerá-la uma totalidade cultural coerente – o que, na opinião do autor, não quer dizer sem contradições, mas um sistema dotado uma lógica própria e dirigido para determinados fins – a ser investigada em seus múltiplos aspectos (econômicos, sociais, tecnológicos, comunicacionais) a partir da análise das mútuas imbricações e inter(re)configurações entre aspectos materiais e culturais que cercam as tecnologias digitais.

Estabelecer uma relação entre essas perspectivas teóricas com a ideia de sujeito como, simultaneamente, emergência e elemento determinante na (re)configuração das ecologias antropodigitais, nos permite conceber estas últimas como rearranjos, inacabados e em incessante (re)construção, de (inter)subjetividades e processos/dispositivos de subjetivação preexistentes. Isso quer dizer que elas estão permeadas de paradigmas transsociais e trans-históricos de inteligibilidade do real; de múltiplas relações sócio-econômico-políticas; de práticas discursivas; de entidades noológicas; de percepções,

sensações e emoções individuais e coletivas etc. e não operam cortes epistemológicos, como idealizam (ou temem) as visões humanistas modernas que, em seu afã de “purificar” o real dos híbridos, se revelam incapazes de conceber a politemporalidade inscrita nos dispositivos tecnológicos (LATOURE, 2008).

SUBJETIVIDADES QUE EMERGEM DE AGENCIAMENTOS ANTROPODIGITAIS

Quais subjetividades produziram as (e emergiram das) mobilizações espontâneas e auto-organizadas que, nos últimos anos, eclodiram em muitos países? Que relações têm com as redes digitais e com as culturas das quais brotaram? Para refletir sobre essas questões, focarei em apenas um fenômeno – entre os múltiplos ocorridos – que manifestou subjetividades aparentemente atreladas a agenciamentos antropodigitais: os protestos de junho de 2013, no Brasil.

Uma pesquisa com base empírica de Rudá Ricci (2014) aponta algumas características que emergiram com força das chamadas Jornadas de Junho. Entre as mais relevantes para a reflexão aqui posposta, a primeira é a lógica das redes sociais, que “não estiveram apenas no processo de convocação, mas no próprio conceito de organização e mobilização” (RICCI, 2014, p. 21), forjando uma comunidade “entrelaçada pela identidade e afeto”:

A convocação não se deu por uma organização central ou lideranças.

Ocorreu de maneira horizontalizada, pela identidade e confiança entre aquele que convidava (não se tratava de convocatória) e o que recebia o convite. [...] Uma rede gigantesca que se formou a partir destas relações individuais, grupais, íntimas (RICCI, 2014, p. 21).

As ideias de Lévy (2010a), que enxerga na própria conexão entre sujeitos a condição de emergência de uma vontade de cooperação baseada no conhecimento compartilhado e a ação conjunta, parecem manifestar-se na concepção de mobilização que permeou os protestos de 2013 no Brasil⁶.

Essa concepção parece sustentar também outra característica dos protestos apontada por Ricci (2014): a lógica do enxameamento ou *swarming* – pessoas e grupos que coordenam espontaneamente suas ações sem se dar e nem receber ordens – que pode ser observada em manifestações de massa com tecnologias que permitam a interatividade e a conexão instantânea. Para Ricci (2014, p. 33), é um fenômeno que se relaciona “com a noção de comunidade provisória, fortemente articulada com a identidade afetiva e com a convocação horizontalizada”.

Ambos esses aspectos – a mobilização articulada por identidade afetiva e a dinâmica do enxameamento – favoreceram a emergência nas manifestações de feixes de sentido e de ação múltiplos, não orgânicos e extremamente heterogêneos: “cada um ou pequeno grupo constituía uma manifestação em si” (RICCI, 2014, p. 22), o que fez com que a rua se constituísse em uma “escola política em movimento, dinâmica, sem dono”. Características

⁶ Na esteira de Lévy (2010b), também me parece possível afirmar que a ecologia cognitiva, que emerge das inter-retroações digitais, – uma teia de percepções, sensações, emoções, sentimentos, ideias, ações geradas pela interação entre os agentes em comunicação, com propriedades não encontráveis separadamente nos atores que participam delas – contribuiu para reconfigurar o sentir, o pensar e, conseqüentemente, o agir (pelo menos durante certo período) de muitos de seus pontos de rede que, isoladamente e participando de outros agenciamentos, talvez não tivessem encontrado estímulo e razão para saírem às ruas.

também imputáveis à comunicação e à organização em rede, que “não se fecham, são irremediavelmente abertas e fluidas, dinâmicas e que se refazem na sua própria comunicação difusa e incompleta” (RICCI, 2014, p. 22). O autor aponta a heterogeneidade de demandas e a provisoriedade das agrupações surgidas nas manifestações de junho como mais uma característica da subjetivação em rede, que batiza de utopia no presente: “Uma utopia provisória, de demonstração de força imediata, niilista porque negava toda forma de organização e estrutura de poder” (RICCI, 2014, p. 22). Isso seria o produto de uma percepção não descontínua do universo das interações virtuais e o das não virtuais, própria das subjetividades digitais acostumadas com a manipulação direta e imediata dos próprios dados – pelo *mouse* ou com os dedos – facilitada pelas interfaces amigáveis ao usuário. Nessa perspectiva, “a representação não direta de nossa vontade se revelaria, de fato, supérflua já que o mundo real/virtual seria concebido como espelho da nossa vontade” (RICCI, 2014, p. 29). Por esses motivos, o autor conclui: “As manifestações de junho não foram motivadas por uma intenção nitidamente oposicionista em relação a uma força política determinada, mas a toda estrutura de poder e sua lógica elitista e excludente” (RICCI, 2014, p. 223) ou, pelo menos, experienciada como tal pelos sujeitos envolvidos nos protestos.

A pesquisa de Ricci (2014) parece apontar que os movimentos de junho teriam feito emergir tendências de subjetivação estritamente relacionados com agenciamentos antropodigitais (embora não sejam necessariamente produto

exclusivo destes últimos). Inegavelmente, as ecologias antro-po-sócio-tecno-culturais contemporâneas (isto é, as teias de inter-retroações entre elementos humanos e não humanos, materiais e simbólicos que redefinem constantemente o mundo experienciado e os sujeitos que o experienciam) favoreceram a emergência, em muitos países, de novas subjetividades. Novas não no sentido de radicalmente distintas das que as precederam, mas que combinam de uma maneira peculiar características herdadas de modos de subjetivação anteriores e elementos que surgiram tanto dos processos sócio-tecno-culturais, das últimas décadas do século XX e a primeira do século XXI, como da recente digitalização do cotidiano.

Entre essas tendências da subjetividade contemporânea, Zygmunt Bauman (2013) enfatiza a extrema individuação⁷ e o anseio constante, em nome da segurança existencial proporcionada pelo vínculo, por novas formas de comunidade que não sufoquem (pelo menos na percepção de quem delas participa) a individualidade, nem a submetam a normas rígidas não compatíveis com a atual condição existencial fluida do sujeito. Considerando um sujeito crítico (embora não necessariamente autoconsciente de seus condicionamentos e das mediações que participam de sua subjetivação), mas ansioso em um universo social e cultural em incessante movimento, cuja atenção é dispersa, que processa superficialmente a informação e que espera resultados imediatos. Portanto, um sujeito mais à vontade nas redes sociotécnicas contemporâneas do que nas tradicionais comunidades:

⁷ Individuação não é necessariamente sinônimo de diferença e singularidade, apenas ênfase perceptiva em uma suposta autonomia, independência e essencial disjunção do sujeito individual do resto do mundo.

Uma rede [...] pode ter pouca ou nenhuma preocupação por sua obediência a normas por ela estabelecidas (se é que uma rede tem normas, o que frequentemente não ocorre), e portanto o deixa muito mais à vontade, e acima de tudo não o pune por sair dela (BAUMAN, 2013, p. 44).

A convivência em redes – não apenas digitais – permite, segundo o autor, viver a experiência da solidariedade sem relacioná-la à necessidade de qualquer compromisso duradouro: “Solidariedade não tanto em compartilhar a causa escolhida quanto em ter uma causa; você e todo o resto de nós (‘nós’, quer dizer, as pessoas da praça) com um propósito, a vida com um significado” (BAUMAN, 2013, p. 53).

Essa cooperação de individualidades, que se autoexperenciam como disjuntas, dentro das redes de solidariedade temporária não emergiu especificamente com o surgimento das redes sociais digitais. Porém, como sugere Bauman (2013), existe uma mútua imbricação entre um fenômeno e outro: em um incessante movimento recursivo, as mídias sociais são simultaneamente produto e produtor de relações sociotécnicas e subjetividades, e as ecologias de inter-retroações bio-psico-noo-tecno-socioculturais das quais as tecnologias digitais de comunicação participam se constituem em um mecanismo complexo, não linear, polilógico e rizomático de subjetivação.

As redes sociais, afirma ainda Ricci (2014, p. 223), “conectam emoções, micro-narrativas, comentários sobre situações cotidianas. Forjam uma comunidade de intenções e, quando muito, constroem uma escalada de indignação ou admiração coletiva”. Sentimentos que emergem de um húmus fertilizado por uma

sensação – característica da subjetividade contemporânea – de autonomia, de iniciativa individual que se soma voluntariamente, por afinidade, a uma multidão auto-organizada:

Em todas as entrevistas e discussões envolvendo manifestantes de junho, a palavra autonomia aparece como uma vírgula em uma frase, despontando em algum momento ao longo da conversa. [...] Parece um traço geracional, tal a preocupação de todos em ressaltar que não há intenção alguma de uma ou outra força liderar qualquer ato ou falar em nome de alguém (RICCI, 2014, p. 36).

Portanto, se de um lado o sujeito independente, autônomo, autoconsciente e espontaneamente colaborativo pela simples interconexão de Lévy (2010a) parece inadequado como operador conceitual para compreender a complexidade das ecologias digitais, por outro, parece ser exatamente a *experiência de si* que os sujeitos que emergem dessas ecologias vivenciam. De outro, as subjetividades que emergiram nas manifestações de junho de 2013 não parecem um produto exclusivo, radicalmente novo dos agenciamentos antropodigitais contemporâneos, mas uma (re)configuração temporária, instável, aberta e em incessante (re)modelação que surge do entrecruzamento complexo de redes sociotécnicas com ecologias antro-pócio-culturais brasileiras historicamente consolidadas, que – como lembram as perspectivas culturalistas sobre o digital já mencionadas – funcionam como dispositivos de subjetivação tão importantes quanto as teias digitais. Os traços identificados por Ricci (2014) nas manifestações podem ser atribuídos,

simultaneamente, às subjetivações digitais contemporâneas e às ecologias antro-po-sócio-tecno-culturais brasileiras que, historicamente, têm produzido subjetividades marcadas pela inconstância, pela construção de laços sociais centrada na afetividade e, a emoção mais do que no compartilhamento de projetos de longo prazo, pela *hybris* carnavalesca que incentivava um extravasamento “controlado” dos excedentes criativos, substancialmente, não ameaçador para a ordem.

Também participou da configuração dos protestos um imaginário juvenil permeado por signos, conceitos, sensorialidades e emoções construídos na interação diária com as mensagens veiculadas pela indústria cultural, como revelam o poder de mobilização que tiveram certos *slogans* de campanhas publicitárias e sua ampla circulação entre os manifestantes. É uma construção não determinista e unilinear, mas produto da intervenção de múltiplas mediações em processos de constante absorção e ressignificação (MARTÍN-BARBERO, 1997). Junto a esses fatores, o *ethos* das manifestações também foi influenciado pelos sentidos construídos na inter-retroação diária, direta ou indireta, dos jovens com os meios de comunicação de massa gerenciados pelos oligopólios históricos da comunicação no Brasil. Como lembra Venício Lima:

Desde que a televisão se transformou em “mídia de massa” hegemônica, a cultura política que vem sendo construída e consolidada no Brasil tem sido a de permanentemente desqualificar não só a política em si como seus atores. E é no contexto dessa cultura política que as gerações pós-ditadura foram formadas, mesmo não sendo usuárias diretas da velha mídia (LIMA, 2013, p. 90).

As Jornadas de Junho, portanto, parecem produto de múltiplas lógicas de subjetivação entrecruzadas, ecologias complexas de inter-retroações das quais participaram agenciamentos antropodigitais e redes antro-po-sócio-tecno-culturais preexistentes com suas próprias noosferas, tendências cognitivas e relacionais, sensorialidades etc.

Essa constatação põe, a meu ver, uma importante questão: em quais condições, num mundo cada vez mais permeado por agenciamentos antropodigitais, as redes sociotécnicas podem *instituir* algo realmente novo e não apenas manifestar possibilidades criativas inerentes aos modos de subjetivação existentes?

POR UMA BIOPOLÍTICA DIGITAL

As subjetividades que emergem de forma complexa e não determinista das ecologias antropodigitais contemporâneas, apesar de se experienciarem como autônomas e agirem conforme essa percepção como vimos, não o são totalmente, posto que falta-lhes a autoconsciência das teias de mediações que fomentam suas tendências perceptivo-cognitivo-comportamentais, a dos pressupostos axiomáticos de sua autopercepção e também a dos processos e tensões que permeiam as redes e que contribuem para (re)configurar os sujeitos que delas participam. Entre esses processos, a vigilância das interações digitais, o armazenamento e uso de informações pessoais para fins comerciais ou de espionagem, a manipulação daquilo que pode ser acessado e compartilhado, promovido pelas corporações que detêm

os meios de acesso à comunicação digital – o fenômeno que Slavoj Žižek (2012) chama de privatização do intelecto geral – ou por órgãos de inteligência ou segurança de governos.

Um das principais condições para que os agenciamentos antropodigitais possam realmente *instituir* subjetividades criadoras, e não meramente reprodutoras de tendências predefinidas, é, portanto, a meu ver, a auto-observação consciente dos mecanismos de subjetivação que a perpassam. Consequentemente, esse processo pode originar a percepção dos condicionamentos estruturais dessas subjetividades e sua reconfiguração (não sua eliminação, impossível dada a imanência das teias das quais somos parte).

A estreita relação que percebi nas manifestações de junho de 2013 entre subjetividades rebeldes e mecanismos dominantes de subjetivação não implica, necessariamente, que uma micropolítica digital efetivamente alternativa aos dispositivos contemporâneos de produção de subjetividade seja inconcebível. Junto à autoconsciência das complexidades inerentes às redes, penso que a sua própria (poli)lógica rizomática e aberta pode favorecer a emergência de modos alternativos de subjetivação e de outras lógicas de constituição – não apenas de uso – das tecnologias digitais. Nesse sentido, acredito que uma concepção do digital a partir da teoria ator-rede, proposta por Bruno Latour (2008; 2012) para ampliar o conceito de social, ajude a esboçar instigantes pistas de reflexão. Corroborando esse pensamento, levamos em consideração a antropologia de Latour (2008), a qual concebe o humano, o não humano e as representações como *híbridos*, conjuntos

indissociáveis de elementos, simultaneamente, materiais e simbólicos sem características inerentes, que se reconfiguram, reciprocamente, o tempo todo dentro de múltiplas redes de associações.

As atividades dos elementos – ou *atores*, como os chama Latour (2008) – de redes antropodigitais “consistem em fazer conexões e alianças com novos elementos de uma rede e, com isso, ser capazes de redefinir e transformar os componentes dessa rede” (FELINTO, 2008, p. 38). Considerando essa ideia, para Latour (2012) uma rede define o poder de cada ator de determinar que outros façam coisas inesperadas e acrescenta:

A distinção entre humanos e não humanos, habilidades corporificadas e descorporificadas, personificação e maquinação é menos interessante do que as cadeias ao longo das quais competências e ações são distribuídas (LATOURE, apud SANTAELLA; LEMOS, 2010, p. 49).

Lúcia Santaella e Renata Lemos (2010, p 49) sintetizam a principal consequência dessa perspectiva teórica para o pensamento sobre o digital:

Uma das grandes lições que as tecnologias da inteligência vêm nos dando é que, quando as aplicações tecnológicas chegam às mentes e mãos dos usuários, estes produzem desvios mais ou menos drásticos no planejamento originalmente esperado. O uso, portanto, flexibiliza o programa. Os processos *bottom-up* (de baixo para cima) refinam e trazem resultados que não estavam previamente codificados.

Não se trata simplesmente de novos usos sociais e culturais das tecnologias digitais não programados pelos detentores

do poder tecnológico, como quer Lemos (2010). Trata-se da instituição de novas lógicas estruturantes das formas de acesso ao digital por parte de sujeitos proprioceptivos, isto é, conscientes – pelo menos em certo grau – dos condicionamentos das ecologias das quais participam e, por isso mesmo, em condição de estimular mudanças estruturais. Na perspectiva aberta sobre o digital, pela teoria ator-rede, os indivíduos, as tecnologias e as lógicas e possibilidades que as estruturam são produtos instáveis de seus interagenciamentos. Isso mantém uma porta sempre aberta para a propriocepção que produz linhas de fuga, para a diferença, o desvio e a emergência de subjetividades não encaixáveis nas tendências perceptivo-cognitivo-relacionais e nas formas de autopercepção dominantes na contemporaneidade. Fenômenos como o movimento internacional pelo *software* livre; o movimento *hacker*; o movimento pelo *copyleft*⁸, entre outros, parecem apontar para a emergência, entre os atores envolvidos na dialética que permeia as redes sócio-tecno-culturais do mundo digital, de uma consciência dos condicionamentos nos quais essas mesmas redes os envolvem e a instituição de novas maneiras não apenas para utilizá-las, mas para concebê-las.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As redes bio-psico-noo-sócio-tecnoculturais contemporâneas, que envolvem agenciamentos antropodigitais, fizeram emergir subjetividades que se

autoexperienciam como autônomas, autoconscientes, separadas dos demais sujeitos e que (re)criam digitalmente vínculos baseados na afinidade e na ausência de compromissos de longo prazo. São subjetividades essencialmente críticas e com um elevado potencial de mobilização espontânea, mas impacientes e ansiosas por resultados imediatos. Subjetividades que – como revelam, no Brasil, os protestos de junho de 2013 – têm se revelado hábeis em se auto-organizarem por meio de tecnologias digitais de comunicação, capazes de tecer relações, práticas sociais e micropolíticas alternativas às dominantes nas ecologias sociotécnicas atuais; mas, ao mesmo tempo, incapazes de manter vivas por longos períodos as comunidades criadas e de refletir sobre as tendências de subjetivação que permeiam suas percepções, sua cognição e suas tendências de ação. Epistemologias do digital tecnoutópicas, como a de Pierre Lévy (1998; 2010a; 2010b), refletem bem essa subjetividade emergente, no entanto, não ajudam a compreender os processos que a configuram e – ao aferrar-se a uma percepção fechada e sólida do sujeito – os condicionamentos, as limitações e as manipulações desse mesmo sujeito nas redes sociotécnicas, assim como não auxiliam na concepção de possibilidades de subjetivação alternativas.

Por isso, sugiro que a articulação de epistemologias não humanistas do digital – como a que emerge da aplicação da teoria ator-rede de Bruno Latour (2008; 2012) às redes digitais – com a prática da propriocepção dos atores dessas redes pode ajudar na exploração teórica das

⁸ O *copyleft* é uma forma de garantir a livre difusão de obras intelectuais, que se opõe ao conceito de propriedade intelectual. Pressupõe como única exigência a autorização por parte do autor para a livre reprodução de sua obra, implicando que qualquer pessoa possa divulgá-la sem fins comerciais. O conceito de *copyleft* baseia-se na lógica de livre compartilhamento da informação que emergiu das redes digitais.

condições de uma micropolítica digital alternativa aos mecanismos de subjetivação predominantes nas ecologias socio-técnicas contemporâneas.

REFERÊNCIAS

BARAD, Karen. Posthumanist performativity: toward an understanding of how matter comes to matter. **Signs - Journal of Women in Culture and Society**. University of Chicago Press, v. 28, n. 3, p. 801-831, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Vigilância líquida**: diálogos com David Lyon. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.

FELINTO, Erick. *Think different*: estilos de vida digitais e a cibercultura como expressão cultural. **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 37, p. 13-19, dez. 2008.

FELINTO, Erick. Os computadores também sonham? Para uma teoria da cibercultura como imaginário. **Intexto**, Porto Alegre, v. 2, n. 15, p. 1-15, jul./dez. 2006.

LATOURETTE, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria ator-rede. Tradução de Gilson César Cardoso de Sousa. Salvador/Bauru: Edufba; Edusc, 2012.

LATOURETTE, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 4. ed. São Paulo: 34, 2008.

LEMOS, André. **Cibercultura**: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Porto Alegre: Sulina, 2010.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 7. ed. São Paulo: 34, 2010a.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. 15. ed. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: 34, 2010b.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva**: por uma antropologia do ciberespaço. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Loyola, 1998.

LIMA, Venício A. de. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. **Cidades rebeldes**: passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

RICCI, Rudá. **Nas ruas**: a outra política que emergiu em junho de 2013. Belo Horizonte: Letramento, 2014.

RÜDIGER, Francisco. **As teorias da cibercultura**: perspectivas, questões e autores. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SANTAELLA, Lúcia; LEMOS, Renata. **Redes sociais digitais**: a cognição conectiva do Twitter. São Paulo: Paulus, 2010.

IEK, Slavoj. **Vivendo no fim dos tempos**. Tradução de Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo, 2012.